

**SIMPÓSIO MERCADOS DE PROTEÇÃO E GOVERNANÇA DA  
SEGURANÇA**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**

**12 a 14 de junho de 2019**

**GT1: GOVERNANÇA MULTICÊNTRICA DA SEGURANÇA**

**Segurança Privada: Tecnologias e Micropolíticas das Relações**

**Paola Daniela Argentin**

(Mestranda em Antropologia Social pelo PPGAS - UNICAMP)

**Susana Soares Branco Durão**

(Professora e pesquisa pelo PPGAS – UNICAMP)



## Segurança Privada: Tecnologias e micropolíticas das relações

Paola Daniela Argentin<sup>1</sup>  
Susana Durão<sup>2</sup>

### Resumo

Usualmente os estudos sobre condomínios residenciais e segurança privada empregam sentidos fixos às noções que subjazem estes fenômenos. Os enclaves ou barreiras de controle de fluxo, por exemplo, se afixam à ideia de conter o desconhecido e, no geral, segregar espaços em relação ao restante da cidade. No trabalho de controlar e vigiar, por exemplo, a privacidade tem sido vista como algo que deve ser perdido em detrimento da necessidade de monitoramento e controle. Assim, tais estudos se assentam à noções panópticas de análise, onde tais tecnologias se infiltram a vida privada. Contudo, é necessário atentar para o que se produzem no interior da vida em bairros condominizados; às suas redes de sociabilidades. Sendo assim, como eles podem reorientar as noções de enclave e privacidade?

O presente artigo tem por objetivo central entender, por meio de situação etnográfica, como a circulação de suspeitas a partir dos rumores insegurizantes, reorientam os sentidos que se atribuem aos enclaves, às ruas e ao policiamento. Assim, pretendemos comunicar sobre o processo de constituição de novos sentidos à privacidade e às barreiras de fluxo.

Palavras-chave: *rumores, vigilância, medo, sócio-tecnologias de vigiar, condomínios*

### Introdução

O aumento exponencial do setor da segurança privada no Brasil, sobretudo a partir dos anos de 1990, demonstra mudanças nos sentidos das responsabilidades sobre a ordem e o controle social (ZANETIC, 2010). Descentralizada das mãos do Estado, a segurança, em seu sentido material, passa a ser exercida por um amplo setor da sociedade (idem, 2010). Neste processo, sujeitos e objetos do policiamento confundem-se por não estarem mais fixos à condição policial/ população civil. Apesar

---

<sup>1</sup> IFCH – UNICAMP; mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social (PPGAS); paoladanielaargentin@gmail.com.

<sup>2</sup> IFCH – UNICAMP; professora e pesquisadora pelo PPGAS; ssbdurao@gmail.com

destas novas formulações que nos orientam a olhar o fenômeno do ponto de vista contemporâneo, no que diz respeito ao policiamento ainda há a sujeição do controle e policiamento, datada da gênese da cidade moderna, aos aspectos moralizantes de boa aparência e conduta, fundamentadas por posições sociais privilegiadas (CALDEIRA, 2000). Assim, se vivemos em uma sociedade onde o policiamento encontra-se difundido nas micropolíticas da vida (FOUCAULT, 2008), então temos de admitir que num contexto de constantes incertezas sociais e de estado permanente de insegurança, o policiamento é dinâmico e multidimensional. A ampliação e flexibilização das noções de policiamento e controle social são responsáveis por produzir sociabilidades e ordens morais (LIANOS & DOUGLAS, 2000). Para o presente trabalho interessa pensar sobre os desdobramentos das complexas formas de governar e policiar locais. Nosso interesse está em entender essas dinâmicas sociais em bairros predominantemente condominizados, pois estes são lugares onde se confundem as esferas públicas e domésticas; onde é necessário criar um ambiente comum de vida e o anseio pela privacidade – questões caras ao debate entorno da expansão do setor privado de segurança. Embora os aparatos materiais e suas extensões globais tenham sido muito exploradas para entender os policiamentos plurais e as montagens modernas da segurança, este trabalho busca entender as formas simbólicas mais sutis do fazer segurança – a promoção de rumores e seus efeitos políticos.

Sob a ótica urbanística, a proliferação da segurança privada significou o processo de securização e fortificação das cidades (CALDEIRA, 2000) (MELGAÇO, 2010). Neste processo, os aparatos materiais da segurança privada constituem barreiras de fluxo de circulação. Segundo Melgaço (2010), há neste processo uma relação de via dupla entre sociedade e espaço que articula o controle social e policiamento a questões simbólicas e materiais; ao passo em que estes enclaves servem como marcadores sociais da diferença, alimentam o imaginário urbano a partir de noções de crime predatório (CALDEIRA, 2000; CUNHA & DURÃO, 2011). Tendo isto em vista, os condomínios residenciais tornam-se formas convidativas de se habitar as ruas das cidades.

Do ponto de vista panóptico, como tem sido abordado o fenômeno das formas de morar fortificadas, a rua é ao mesmo tempo objeto de suspeita e cenário do crime predatório (idem, 2011). Por outro lado, ela deve ser apropriada por aparatos materiais, tecnológicos (ou não), de vigia. Neste sentido, os condomínios residenciais

se tornam unidades mais ou menos independentes do seu entorno e por isso, exacerbam a valorização da vida privada em detrimento da pública (CALDEIRA, 2000). Deste ponto de vista, como bem assinala Caldeira (2000), constituem o isolamento à cidade e o refúgio de uma classe social em detrimento de outras. São vistos, portanto, como territórios imóveis e fixamente segregados.

Enquanto estas barreiras degradam material e moralmente os centros das cidades e as ruas públicas, impulsionam o processo de ocupação espraiada das metrópoles e regiões metropolitanas a partir de empreendimentos de alto e médio padrão (idem, 2000) (CUNHA et al, 2004). Em Campinas e Região Metropolitana, o crescimento exponencial destes modos de morar voltados pra lá dos centros, tem sua gênese em 1980, quando bairros como Barão Geraldo e Sítios de Recreio Gramado, situados na região leste da cidade, ganham seus primeiros loteamentos fechados e condomínios (SILVA, 2008). Dez anos mais tarde, dado o crescimento de empreendimentos deste tipo e o processo de metropolização, esta região abriga as “cordilheiras da riqueza” (idem, 2004). Caracterizadas por reunir um complexo residencial de famílias de alta renda, as cordilheiras são redutos da riqueza em meio a um entorno predominantemente empobrecido - não raras as vezes circundado por favelas. O bairro conhecido como Gramado, em Campinas, é parte das cordilheiras e está circundado por favelas e terrenos de ocupação popular – principal pauta das reuniões em que tivemos acesso em ocasião de observação participante. Esta reconfiguração da ocupação dos espaços, embora presente em outras cidades é peculiar de Campinas e Região Metropolitana, onde nos laçamos para o presente trabalho.

Embora ainda pese o modelo centro-periferia, o processo de urbanização até aqui resumido, demonstra a reorientação dos velhos marcadores sociais da diferença. Quando a distância entre estratos sociais diminui, estes marcadores migram da distância material para a distância moral (CALDEIRA, 2000). Assim, enquanto um projeto de segurança, os condomínios residenciais possuem muita diversidade a ser explorada porque sempre suscitam um mundo “de dentro” e um mundo “de fora”. Criam unidades de termos e sentidos próprios para produzir os afastamentos, que são inclusive internos. Se nestes estudos críticos os condomínios representam o isolamento de uma classe em detrimento de outra (idem, 2000), há que se pensar sobre as permeabilidades destes empreendimentos à cidade; o que produzem internamente em termos de afastamentos e suspeitas? Para entender o modo como

o setor da segurança privada e sua dinâmica mobilizam suspeitas do mundo de fora no trabalho mesmo de vigiar, e como o corpo sociotécnico da vigilância é ele mesmo alvo de suspeitas, temos de voltar à noção de policiamento plural que subjaz tanto o processo de expansão do setor, quanto sua dinâmica. Para tanto, pensamos o policiamento aqui como dinâmico, amplo e flexível que ao mobilizar diversos atores numa mesma rede (BRODEUR, 2010) produz sociabilidade e dinamizam os focos de suspeitas.

As dinâmicas que pretendemos trazer a partir de situação etnográfica, partem das sucessivas reduções da noção de insegurança social imbricada à fortificação das cidades (CUNHA; DURÃO, 2011). Reduzida ao crime de rua, ela se torna objeto de espetacularização cotidiana que passa pelo “trabalho simbólico” e também narrativo da caracterização do corpo e o local criminoso e suspeito (CALDEIRA, 2000). Contudo, se do ponto de vista das expressões exteriores dos condomínios a segregação é administrada pela circulação de suspeitas advindas de um imaginário do risco e do crime ainda sob uma perspectiva genérica de criminoso, perguntamos: Como este imaginário é trazido para o interior das atividades da segurança e produzem policiamentos e ordens morais? O que queremos introduzir, é que se o trabalho de vigiar cria sociabilidades, da mesma forma mobiliza recursos narrativos e léxicos específicos. Durante o trabalho de campo decorrido entre 2016 e 2018 no decurso de projeto PIBIC, e projeto de pesquisa “Policiamento e Imaginários Urbanos: Novos formatos de segurança em cidades ao sul” (FAPESP: 2014/199895), coordenado por Susana Durão, percebemos que os rumores sobre suspeitas têm como efeito conectar os vários atores do policiamento e, por isso, especificam-nas a partir das possibilidades sociais do bairro. Os rumores dependem, portanto, das hierarquias e fissuras sociais para gerir as suspeitas, tendo por efeito a politização e moralização do trabalho de vigiar. Com o intuito de ir além das projeções que se fazem dos condomínios do ponto de vista macro, a próxima seção trará conceitos etnográficos de modo a demonstrar como intimidades sociais criam técnicas e tecnologias de controle e policiamento sutis e intersticiais.

### **Redes sociais da segurança: tecendo as micropolíticas das relações**

Em meados de 2016, iniciamos o trabalho de campo no bairro Gramado em Campinas, situado na região leste da cidade. Em mais ou menos dois anos de observação participante na estrutura securitária do bairro, entendemos que a segurança se faz para além de seus aparatos materiais. Como veremos, esta questão foi imprescindível para entender como os enclaves são, na verdade, formas mais fluídas e menos fixas de policiamento e controle social do que apontam as bibliografias críticas - mais ou menos resumidas da seção precedente. Para tanto, importa dizer sobre nossa circulação pelo bairro.

Observámos várias atividades de portarias de dois condomínios daquela região, na ronda externa e na administração da associação de moradores. Através da segunda, tivemos acesso à administração da empresa contratada para cuidar do entorno dos condomínios – a ronda externa. Do mesmo modo, pudemos acompanhar a reunião do Conselho Comunitário de Segurança da região leste de Campinas, que aconteceu em um dos condomínios do bairro. Além disso, fizemos de maneira intensa as rondas no bairro e por isso circulamos de uma portaria a outra. Às vezes, demorávamos numa, noutra a parada era mais rápida. Ao longo de todo o trajeto, nós e o vigilante identificávamos problemas de infraestrutura nas ruas. Em outros momentos, fazíamos o reconhecimento dos problemas de segurança; uma entrada vulnerável entre o bairro e a estrada que o cerca; recolhíamos imagens das câmeras de condomínios e das ruas para analisar um caso de furto recente; ou, depois de almoçarmos fazíamos a segurança de um restaurante em troca da comida que havíamos acabado de comer. Dentre todos os problemas ao longo dos dias, a associação era o ponto fundamental para aglutinar as suspeitas e pensar na melhor forma de geri-las; se pela ronda externa, administração de algum condomínio ou, nos casos mais extremos, pedir reforços para Polícia Militar. Esta poderia atuar de duas formas, oficialmente ou à paisana, pois é comum a infiltração destes agentes no serviços da segurança privada (GALDEANO, 2009).

Na inevitável entrada de acesso ao interior do bairro e no mesmo local da associação, se encontra a sede da Guarda Municipal Ambiental de Campinas. Trazida como uma vitória dos moradores articulados pela associação, pouco ela pode resolver dos problemas do bairro. Por se tratar de uma área rural, aquela polícia atua em casos de crime ambiental. Para as ocorrências do bairro, é necessário, portanto, acionar a Polícia Militar. Apesar disso, a sede da Guarda é um mecanismo simbólico que visa inibir os roubos que aconteciam no semáforo imediatamente à entrada do bairro. Por

via da associação e ronda, tivemos acesso à estes mecanismos e estratégias de segurança. Contudo, a maior parte das estratégias necessitam da conexão de suspeitas entre-portarias.

A portaria, para além de uma infraestrutura, é um lugar de múltiplas produções; de documentos, pertencimentos, técnicas, laços afetivos e desconfianças mútuas. A ronda externa, por fazer a circulação diária destas produções entre-portarias, é também um lugar itinerante de produções. Tendo isto em vista, dizemos que ela é responsável por fazer a conexão entre condomínios e rua pública; é portanto, o lugar onde os empreendimentos imobiliários tornam-se permeáveis à vida de fora. Para entender esta circulação de focos de suspeitas, é imperioso ter em vista as sociabilidades do bairro que passam pelas intimidades intersubjetivas, as hierarquias entre os agentes que moram e trabalham no bairro e as fissuras sociais. O trabalho de vigiar depende do que chamamos por *redes sociais de segurança*; as organizações cotidianas entre moradores, vigilantes e administradores de condomínios, que fazem circular técnicas e táticas de proteção, mas também suspeitas mútuas. A princípio, as sociabilidades imbricadas nestas redes se configuram a partir da comunicação entre-portarias, quando um conjunto de atores são acionados para conter e comunicar atividades suspeitas; sejam elas a movimentação de vendedores ambulantes, ou a movimentação constante de um mesmo veículo frente às portarias, por exemplo. Desta forma, o carácter principal de tais redes é o de promover a manutenção da ordem e seguridade local, dado que a comunicação das suspeitas faz o controle social daqueles que circulam pelas ruas do entorno.

Nas situações em que um dos conjuntos de agentes do bairro, sejam eles moradores, vigilantes ou comerciantes, identificam as movimentações não-rotineiras nas ruas públicas, a associação de moradores atua como um elo de suspeitas, ainda que a identificação tenha sido comunicada por um não-associado

. Neste último caso, a denúncia ou reclamação passa à princípio pelo julgamento de sua coerência, que depende dos conhecimentos prévios que se tem sobre quem as fez e sua proximidade social com o administrador da associação ou vigilante da ronda externa. De qualquer modo, é a partir da associação que as informações e suspeitas são administradas e melhores estudadas para que assim seja possível julgar quais outros atores serão acionados para a solução do problema; se a vizinhança, outras portarias, a vigilância externa do bairro ou agentes da segurança

pública. Isto porque boa parte das ocorrências estão vinculadas às suspeitas e conflitos entre vizinhos, ou entre vigilantes e condôminos - e vice-versa.

No âmbito, por exemplo, do corpo técnico da segurança privada, estas redes colocam atores e informações privilegiadas em circulação e dinamizam cruzamentos de agentes públicos no serviço privado de segurança. Nas capilaridades das ações e relações sociais destes serviços, é comum a infiltração de agentes da segurança pública, comumente da Polícia Militar, tanto no trabalho da vigilância como na administração das empresas de segurança privada (GALDEANO, 2009; idem, 2014). Há, portanto, uma relação íntima e de continuidade entre os servidores das instâncias públicas e privadas que criam legitimidades locais para a constante circulação de seus agentes.

Tanto os agentes públicos de segurança, quanto os privados, estão imersos às redes de relações sociais do bairro e utilizam do conhecimento prévio da vida doméstica dos moradores que circulam através dos rumores e fofocas - seu histórico de relações e seus costumes -, para tornar inteligíveis os problemas de segurança do bairro. Sendo assim, a própria credibilidade dos agentes que compõem toda a gama de relações sociais, circula, é posta à prova e é determinante ao julgamento da relevância da ocorrência ou demanda trazida até os agentes de segurança disponíveis no bairro. Assim, essas redes não se configuram apenas pelas ações materiais da segurança privada, mas também pelas intimidades sociais entre os agentes envolvidos. Ao assumir funções nem sempre claramente visíveis ou negociadas de controle social, ampliam os sentidos atribuídos ao termo segurança.

Por se tratar de um aparato sócio-técnico de controle, a segurança privada faz do medo o responsável por esta circulação de informações de atividades suspeitas, constantemente relacionadas a uma espécie de suspeito genérico; o desconhecido que circula pelas ruas do entorno. Sendo estes sentimentos mútuos, e também compartilhados entre os atores, esta circulação se torna um mecanismo complexo de gestão social (PASTANA, 2003). As informações que circulam, seja pela ronda externa ou via associação, estão na base de um conjunto de atividades cotidianas, muitas vezes informais e não institucionalizadas, estruturadas pelas narrativas do crime; histórias vividas ou que se ouvira falar sobre situações de criminalidade (CALDEIRA, 2000). Sendo assim, a segurança privada é movida por laços afetivos expressos sobretudo pelos rumores sobre a vida alheia. Neste sentido, os focos de suspeita e proteção se movem de um agente a outro. É necessário, portanto, manter

relações próximas, sobretudo em se tratando da relação entre empregado/supervisor ou empregado/condômino para garantir fluidez de rumores e fofocas, a base deste trabalho de vigiar.

Apesar de todos estarem passíveis de ocupar a posição de suspeito, a figura do trabalhador da segurança é quase que permanentemente de suspeita. Na ronda externa pudemos ter acesso aos vários casos em que vigilantes, controladores de acesso, jardineiros e empregadas domésticas foram acusados de furto. Se não realizados diretamente por eles, eram acusados de repassar informações da vida doméstica dos moradores dali às pessoas moradoras do seu bairro de origem. Do mesmo modo, era comum a circulação de suspeitas em relação às riquezas acumuladas dos moradores e também de envolverem-se em casos de assalto ou sequestro para obtenção de benefícios pecuniários. Assim, os rumores têm efeitos políticos e morais porque agenciam as suspeitas a partir das intimidades, hierarquias e fissuras sociais e também os valores a serem performados na prática da segurança. Por estarem emaranhados às capilaridades da vida cotidiana, os rumores nem sempre assumem posições visíveis e institucionalizadas de negociação. É o caso, por exemplo, da criação de legitimidades locais para a circulação ilegal de agentes da segurança pública no setor privado.

Por estarem relacionados às situações de constantes incertezas sociais, os rumores insegurizantes tornam inteligíveis os problemas do bairro (CERNADAS, 2017), mas também os confunde porque estão sujeitos as arbitrariedades advindas de relações de cumplicidade ou fissuras. Inevitavelmente implicam na criação de ordens morais que constroem pertencimentos e não-pertencimentos (ZULAIKA, 1990); é o que torna ou não a suspeita legítima. Para tanto, necessitam de aspectos emocionais e de envolvimento para criar as bases da suspeição (ELIAS & 2000). Assim, ao passo em que faz circular informações sobre o outro, pressupõem não só uma hierarquia já preestabelecida, mas uma interdependência entre quem fala e de quem se fala (idem). No caso das suspeitas recaídas sobre um funcionário do bairro, dependendo do grau de seriedade e dos riscos criados para esta suspeita, o quadro de referência é muito mais amplo do que as relações intersubjetivas, elas dependem das velhas questões advindas das relações entre-classes e inter-étnicas.

Se, do ponto de vista dos estudos críticos os aparatos materiais de segurança dos condomínios servem para manter em sigilo informações sobre a vida doméstica dos moradores, adentras às suas dinâmicas indicam que fazer circular tais

informações constituem o trabalho de vigiar, controlar e policiar. Mais do que isto, são permeáveis às circulações para das portarias, quando se trata deste conceito de segurança integrada via associação de moradores. Quando circulamos entre portarias nos deparamos de forma direta com esta necessidade em saber da vida alheia para melhor operar a segurança. Sendo assim, os rumores estão na base da construção de saberes da segurança sendo. Tendo isto em vista, não podemos olhá-lo como um subproduto da informação, mas ela inteira.

### **Checkpoints do controle e as tecnologias da vigilância**

Quando estudamos as tecnologias da vigilância nos deparamos com um cem-números de bibliografias que seguem, grosso modo, dois sentidos. Em primeiro lugar, ao analisa-las sob uma noção panóptica, tendem a teoriza-las a partir da ideia de que são dispositivos que lançam um olhar disciplinador sobre os indivíduos (FOUCAULT, 2008). Do mesmo modo, e ainda nos rastros de Foucault, que só podem ser assim, porque há uma desigualdade entre a condição daquele que vigia e daquele que é vigiado. Em segundo lugar, os estudos críticos, na tentativa de ir além do panóptico, dissertam sobre as relações fundamentais entre o homem e a máquina (KANASHIRO, 2006). Nesta leitura, as tecnologias são formas de incorporação de modos de pensamento, e por isso transforma e resignifica o espaço (idem, 2006). Dadas as considerações precedentes, nos deteremos ao segundo modo de concebe-las.

Segundo Kanashiro (2006), as tecnologias necessitam da sensibilidade humana para serem operadas. Em termos mais específicos, estas sensibilidades produzem os sinais de alerta necessários capazes de detectar movimentos suspeitos (2006). Operar câmeras de videovigilância, segundo a autora, requer saberes prévios baseados em estereótipos da suspeição genérica. Se trouxermos esta teorização às noções e conceitos etnográficos precedentes, o rumores por fazerem circular suspeitas mútuas a partir de conhecimentos e relações intersubjetivas prévias, estão imbricados às tecnologias enquanto técnicas. Neste sentido, são saberes que orientam as tecnologias. Voltando a Mauss (1989 [1950]), são técnicas do corpo anteriores ao instrumento técnico.

Nos estudos sobre vigilância e videovigilância, é comum a diferenciação entre uma e outra. Aproximam aquela à noção fixa de policiamento relacionada à necessidade de ser acionada para sanar problemas e àquela ao registro, e por isso,

à gestão da suspeita (KANASHIRO, 2006; FROIS, 2011). A videovigilância, é orientada pelos fluxos dos indivíduos, que serão interpretados pela sensibilidade do operador-vigilante em identificar fluxos suspeitos (idem, 2006). Contudo, nestes estudos as suspeitas se mostram muito mais para fora de todo corpo sociotécnico da vigilância e por isso suscita o problema da invasão de privacidade. Aqui, ao propormos na seção anterior noções que aproximam as suspeitas ao trabalho e aos atores internos da vigilância e, da mesma forma, uma noção plural de policiamento, entendemos que os rumores trazem de volta a agência dos indivíduos sobre a própria privacidade. Ela precisa circular para dar formato às posições hierárquicas do bairro e para definir os focos de suspeitas. Grosso modo, para fazer o trabalho de controlar. Do mesmo modo, para o trabalho da vigilância, o saber sobre a vida doméstica mútua é sinônimo de confiança e por isso de segurança. Os rumores, neste sentido, têm efeitos políticos porque agenciam os focos sociais de suspeitas e medos.

Ao antecipar possibilidades de suspeitas e intenções, os rumores criam zonas morais. Aqui nos aproximamos da noção de checkpoints de Jeganathan, para construirmos nossa visão dos aparatos materiais da segurança privada como checkpoints do controle. Instalados em lugares-chave, os checkpoints fazem o controle da circulação sem necessariamente a proibir (JEGANATHAN, 2004). Por controlar e, de certa forma, testar a aptidão dos transeuntes para prosseguir, antecipam a possibilidade de violência (2004). Obviamente temos uma grande diferença entre os solos-alvo de bombardeio do Siri Lanka, mas gostaríamos de destacar o caráter permeável dos checkpoints. Noutra realidade eles determinam lugares-alvo pela própria instalação na localidade. São caracterizados, portanto, por marcarem áreas de iminência da violência. Interessa aqui três pontos fundamentais da teorização de Jeganathan: [1] o caráter de antecipação de situações de violência e, por isso, sua capacidade de determina-la, bem como as noções de risco; e [2] o seu caráter permeável à cidade, embora um mecanismo de controle; e por fim, [3] o seu caráter criador de zonas morais. Apesar de os condomínios serem fixamente retratados como lugares fixamente murados, onde se pretende a impermeabilidade da vida privada/ doméstica, os rumores demonstram que estes conhecimentos são imprescindíveis para o trabalho de vigiar. Do mesmo modo, a partir do momento em que o funcionamento da segurança passa pelo crivo dos rumores e, portanto, pelo cálculo da probabilidade do risco baseado em condutas e relações interpessoais aceitáveis, o bairro, bem como as portarias e todo o aparato sociotécnico da

segurança privada são zonas morais. Na medida em que o controle sociotécnico torna inteligível a violência e o risco pela circulação de rumores, estas noções passam a ser muito mais móveis pelo bairro. Assim, os condomínios enquanto enclaves se mostram muito mais flexíveis e permeáveis à cidade do que se esperava. Podem ser lido sob a perspectiva mais de checkpoints (JEGANATHAN, 2004) do que de barreiras de fluxo de circulação.

## **Referências**

ADORNO, Sérgio; NERY, Marcelo Batista. O movimento da criminalidade em São Paulo. Um recorte temático e bibliográfico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, no. 76 (2), pp. 5 – 32, Ago. 2015.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo, Global, 1987.

BOTT, Elizabeth. Papéis conjugais e redes sociais. In: BOTT, E. *Família e rede social*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1976.

BRODEUR, Jean-Paul. *The policing web*. New York, Oxford University Press, 2010.

CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

CERNADAS, César Ceriani. Rumores, chismes, y secretos em la producción social de lo verosímil. *Apunt. Investig. CECYP*, no. 29, pp. 146-155, jun. 2017.

COMAROFF, John; COMAROFF, Jean. Ficções policiais e a busca pela soberania. Distantes aventuras do policiamento no mundo pós-colonial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19(35), pp. 5-21, 2014.

CUNHA, José Marcos Pinto da et al. Segregação e Acúmulo de Carências. Localização da pobreza e condições educacionais na Região Metropolitana de Campinas. In: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2004. *Anais...*, 2004.

CUNHA, M. I. P.; DURÃO, S. Os sentidos da segurança: Ambiguidades e reduções. *Etnográfica*, vol. 15 (1), pp. 53-66, 2011.

DA COL, Giovanni; GRAEBER, David. The return of ethnographic theory. *Journal of*

Ethnographic Theory, vol. 01, no. 01, pp. vi-xxxv, 2011.

DURÃO, Susana. Violências Privadas como se fossem direitos públicos. *Perspectivas Antropológicas*. Mana, no. 19 (2), pp. 277- 302, 2013.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. Os estabelecidos e os outsiders. *Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FASSIN, Didier. *Enforcing order. An ethnography of urban policing*. Malden: Polity Press, 2013.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território e População*. São Paulo. Martins Fontes, 2008.

GALDEANO, Ana Paula. *Para Falar em Nome da Segurança. O que pensam, querem e fazem os representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança*. Tese de doutoramento, 07- 10-2009. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280659/1/Cruz\\_AnaPaulaGaldeano\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280659/1/Cruz_AnaPaulaGaldeano_D.pdf)>. Acesso em 18 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Salmo 127, versículo 1: ativismo religioso e ordenamentos da segurança em uma periferia de São Paulo. *Rio de Janeiro: Religião e Sociedade*, vol.34 (1), pp. 38-60, 2014.

GLUCKMAN, Max. Gossip and Scandal. *Current Anthropology*, vol. 4, no. 3, pp.- 307-316, 1963.

\_\_\_\_\_. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

HERZFELD, Ulf. *Explorando a cidade. Em busca de uma Antropologia Urbana*. Petrópolis: Vozes, 2015.

JEGANATHAN, Pradeep. Checkpoints. *Anthropology, identity and the State*. In. DAS, Veena. *Anthropology in the margins of the state*. School of American Research Press, 2004.

KANASHIRO, M. M. *Sorria, você está sendo filmado. As câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo*. São Paulo, 2006. Tese de mestrado. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23042012-120515/pt-br.php>.

Acessado em 05 de maio de 2019.

LIANOS, Michalis & DOUGLAS, Mary. Dangerization and the end of deviance: the institutional environment, pp. 103-126. In. GARLAND; SPARKS. Criminology and social theory. Oxford, Oxford University Press, 2000.

LOADER, Ian; GOOLD, Benjamin; THUMALA, Angélica. The moral economy of security. Princeton: Theoretical Criminology, vol.18 (4), pp. 469-488, 2014.

LOW, Setha. Behind the Gates. Life, security, and the pursuit of happiness in Fortress America. New York: Routledge, 2003.

MELGAÇO, Lucas. Securização Urbana. Da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança. São Paulo, 2010. Tese de doutoramento, 06-12-2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04022011-105832/pt-br.php>>. Acesso em 20 jun. 2018.

MENEZES, Palloma Valle. Os rumores da 'pacificação'. A chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 07, no. 04, pp. 665-684, Out./Nov./Dez. 2014.

MOURA, Cristina Patriota. Condomínios e Gated Communities. Por uma antropologia das novas composições urbanas. Anuário Antropológico, no. 2, pp. 209-232, 2010.

NADER, Laura. Ethnography as theory. Journal of Ethnographic Theory, vol. 01, no. 01, pp. 211-219, 2011.

OLIVEIRA, S. A. Policiamento e Democracia. o&s, v.12 (33) - Abril/Junho: 2005

PASTANA, D. R. Cultura do medo: Reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil. São Paulo: IBCCRIM, 2003.

SALGUEIRO, T.B. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. Revista Território, ano 111, no 4, Jan./Jun. 1998.

SANFELICI, Daniel. Financeirização e a produção do espaço urbano no Brasil. Uma construção do debate. EURE, vol. 39, no. 118, pp. 27-46: Setembro, 2013

SASSEN, Saskia. Los espectros de la globalización. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2007.

SILVA, P. F. F. da. A expansão urbana de Campinas através de condomínios e loteamentos fechados (1974-2005). São Carlos, 2008. Tese de mestrado, 23-06-2008. Disponível em: <teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-19082008-135926/pt-br.php> Acesso em: 07 mar. 2018.

STEWART, Pamela J.; STRATHERN, Andrew. Witchcraft, sorcery, rumors and gossip. New York: Cambridge University Press, 2004.

TURNER. Victor. Dramas e metáforas rituais. In: Dramas, campos e metáforas. Ação simbólica na sociedade humana. Niterói: EDUFF, 2008.

WACQUANT, Loïc. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 16, pp.27-39, 2006.

\_\_\_\_\_. Punishing the Poor: The Neoliberal Government of Social Insecurity. Durham, Duke University Press, 2009.

ZANETIC, André. A relação entre polícias e a segurança privada nas práticas de prevenção e controle do crime. Impactos na segurança pública e transformações contemporâneas do policiamento. São Paulo, 2010. Tese de doutoramento, 09-01-2010. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-23112010-101555/pt-br.php>> Acesso em: 14 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Policiamento e segurança privada: duas notas conceituais. In: Estud. Sociol., vol. 17 (33), pp. 471-490, 2012.

Prático: ZULAIKA, JOSEBA. "La historia como tragedia". In: Violencia Vasca, Metáfora y Sacramento, Nerea, Madrid, p.101-131, 2000.